

c



Demonstrações

Contábeis

30 de junho de 2025



Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	14

Em atendimento à Resolução do Banco Central do Brasil Nº 2 artigo 14º, a iugu Instituição de Pagamento S.A. apresenta as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025. Todas as informações de resultado representadas abaixo encontram-se nas demonstrações contábeis, de forma consolidada, além de informações gerenciais internas adicionadas no Relatório da Administração para dar mais contexto a respeito do negócio.

Sobre a iugu

Quem somos

A iugu é uma empresa de tecnologia especializada em infraestrutura financeira, oferecendo um ecossistema completo e robusto para a automação de pagamentos e gestão financeira. Com APIs altamente escaláveis e um atendimento consultivo, a iugu proporciona soluções que permitem empresas de diferentes portes estruturar operações financeiras inteligentes, automatizadas e eficientes de ponta a ponta. Fundada em 2012, a iugu contava com uma equipe de 190 colaboradores ao final do primeiro semestre de 2025 e gerencia mais de 130 mil contas ativas em diversos segmentos, incluindo desenvolvedores de software, clubes de assinatura, administradoras de condomínios, instituições de ensino, empresas contábeis, academias, e-commerces e ERPs. Em 2020, a empresa captou R\$120 milhões em investimentos numa rodada série B liderada pelo banco Goldman Sachs e obteve a licença do Banco Central para atuar como Instituição de Pagamentos regulamentada no Brasil, consolidando-se como uma referência no setor de tecnologia financeira.

Time e Cultura

A iugu tem evoluído como organização, mantendo sua essência desde a fundação: a crença de que a conexão humana potencializa a tecnologia – o que chamamos internamente de Soul & Tech. Com tantas transformações, nossa cultura se tornou uma combinação de legados, fortalecida pelo lançamento da versão 2.0 do nosso Guia de Cultura e do Lidera: o jeito iugu de liderar. Mais do que documentos, eles orientam comportamentos esperados, conectando estratégias e conexões diárias.

Nosso foco segue no fortalecimento de iniciativas de reconhecimento e desenvolvimento, alinhando cultura, desempenho e bem-estar. Um dos principais desafios será a transição da estrutura funcional para a matricial, exigindo uma revisão completa dos processos para garantir mais agilidade, colaboração e alinhamento estratégico. Esse movimento será acompanhado de ações de capacitação e comunicação para preparar nossos líderes e equipes para essa nova dinâmica. Seguimos comprometidos em construir uma empresa mais ágil, conectada e preparada para os desafios do futuro.

Sustentabilidade

Certificação B CORP

Em março de 2025, a iugu recebeu a certificação B Corp, um reconhecimento global que reafirma nosso compromisso com os mais altos padrões de desempenho social, ambiental, transparência e responsabilidade corporativa. Essa conquista demonstra que não estamos apenas focados em crescimento econômico, mas também em gerar impacto positivo para a sociedade e o meio ambiente. Ser uma empresa B Corp significa que integramos práticas sustentáveis e éticas em nossa governança, garantindo que nossas operações beneficiem clientes, colaboradores, parceiros e a comunidade. Esse reconhecimento fortalece nossa reputação, aumenta a confiança dos stakeholders e reafirma nossa missão de promover um modelo de negócios mais justo, inovador e sustentável.

A iugu reafirma seu compromisso com a eficiência operacional e a sustentabilidade, aprimorando continuamente seus processos para otimizar o uso de recursos naturais e reduzir a emissão de CO₂.

Eficiência energética: No primeiro semestre de 2025, conseguimos avanços importantes em nossas práticas de sustentabilidade. O consumo de energia foi de 32.145kWh, representando uma redução de 1,6% em relação ao mesmo período anterior.

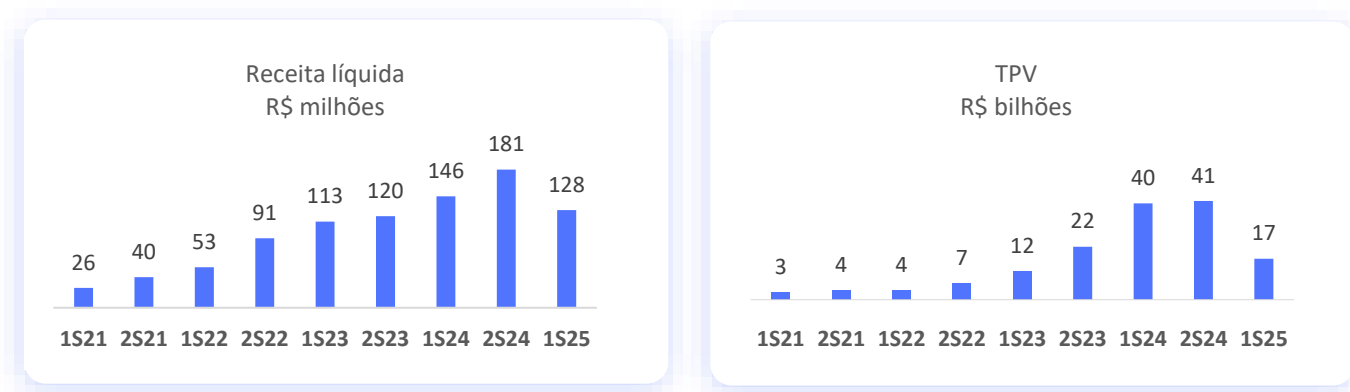
Gestão de resíduos: Em relação aos resíduos recicláveis, houve um crescimento de 1,9% com mais de 1 tonelada de resíduos recicláveis, evidenciando nosso compromisso em fortalecer a cultura de reciclagem e a responsabilidade ambiental em nossas operações.

Gestão de carbono: Implementamos o Carbon Accounting Report (Escopo 1 & 2), registrando uma emissão total de 4,39 kgCO₂ e, conforme a metodologia do WRI Greenhouse Gas Protocol. Além disso, seguimos empenhados em nossa meta de neutralidade de emissões (Net-Zero), por meio da aquisição de créditos de remoção de carbono.

Desempenho

No período acumulado de seis meses findo em junho de 2025, a iugu apresentou um prejuízo de R\$30 milhões. O principal motivo para esse resultado negativo foi um evento extraordinário relacionado a certas operações fraudulentas cursadas por alguns clientes da plataforma, que foram devidamente identificados e descredenciados. A Companhia acionou seus assessores técnicos e jurídicos habituais para investigar o ocorrido, tendo instaurado procedimentos legais cabíveis (inclusive perante a autoridade policial), com objetivo de recuperar os valores em questão. Reforçamos todos os cuidados e salvaguardas para evitar que eventos similares possam voltar a ocorrer no futuro.

Figura 1 – Evolução da receita líquida, incluindo a receita de antecipação e receita de float.



Conjuntura

Apesar das adversidades políticas e econômicas inerentes à operação no Brasil, bem como do aumento da concorrência com o constante surgimento de novas fintechs e instituições de pagamento, a iugu se dedicou, nos últimos treze anos, a entender profundamente as necessidades dos empreendedores brasileiros, materializando esse conhecimento em uma plataforma de tecnologia altamente escalável.

Buscamos permanentemente oportunidades de aprimorar nossa governança e ampliar a eficiência operacional. Assim, a companhia mantém-se posicionada para se beneficiar desse novo ciclo econômico.

Dividendos e retenção de lucros

O estatuto social estabelece que o lucro líquido de cada balanço será destinado: a) 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco

por cento) para dividendos aos acionistas; e c) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria.

Relacionamento com auditores independentes

Informamos que durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, os auditores independentes prestaram apenas serviços de auditoria externa para os quais foram contratados.

Agradecimentos

A companhia permanece fiel ao propósito de levar tecnologia e eficiência para as operações financeiras dos nossos clientes, criando economias de escala através da otimização de suas atividades rotineiras.

A administração da iugu Instituição de Pagamento S/A agradece a confiança de seus clientes, fornecedores, colaboradores e acionistas.

São Paulo, 02 de setembro de 2025.

A DIRETORIA



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Ao Acionista e aos Diretores da
Iugu Instituição de Pagamento S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Iugu Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iugu Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de setembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Jonas Moreira Salles

Contador CRC 1SP- 295315/O-4

Balanço Patrimonial

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

Circulante	Nota explicativa	30/06/2025
Caixa equivalentes de caixa	5	9.578
Disponibilidades		9.578
Instrumentos financeiros		
Relações interfinanceiras	6	586.527
Instrumentos financeiros	7	16.805
Contas a receber	8	897.070
Perdas esperadas associada ao risco de crédito	8	(85.077)
Impostos a recuperar	9	4.549
Outros ativos	10	11.945
		1.441.397
Realizável a longo prazo e Permanente		
Contas a receber		
Contas a receber	8	954
IRPJ/CSLL diferido	11	57.532
Imobilizado de uso	12	9.603
Depreciação	12	(7.001)
Intangível	13	35.573
Amortização	13	(21.742)
		74.919
Ativo		1.516.316

Passivo e patrimônio líquido

Circulante	Nota explicativa	30/06/2025
Passivos financeiros		
Depósitos	14	522.813
Empréstimos	15	24.829
Obrigações por transações de pagamentos	16	880.883
Tributos e contribuições sociais	17	4.589
Outros passivos	18	14.018
		1.447.132
Exigível a longo prazo		
Passivos financeiros		
Empréstimos	15	25.853
Obrigações por transações de pagamentos	16	688
Contingências	19	2.070
Passivo		1.475.743
Patrimônio líquido		
Capital social	21	129.763
Prejuízo acumulado		(89.190)
		40.573
Passivo e patrimônio líquido		1.516.316

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2025</u>
Receita de prestação de serviços	22.1	82.343
Custo dos serviços prestados	22.2	<u>(63.059)</u>
Lucro bruto		19.284
Despesas de pessoal e encargos	22.2	(34.990)
Despesas gerais e administrativas	22.2	(26.854)
Provisões operacionais	22.2	(36.573)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	22.2	<u>(63)</u>
Resultado operacional		(79.196)
Receitas financeiras		41.722
Despesas financeiras		<u>(6.570)</u>
Resultado financeiro, líquido	22.3	35.152
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		(44.044)
IRPJ/CSLL corrente		
IRPJ/CSLL diferido	11	14.341
Lucro (Prejuízo) do semestre		<u>(29.703)</u>
Lucro (Prejuízo) por ação		<u>(19,57)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2025</u>
Lucro (Prejuízo) do semestre	(29.703)
Outros resultados abrangentes	
Resultado abrangente do semestre	<u>(29.703)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízo acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1� de janeiro de 2025	129.763	(59.487)	70.276
Prejuízo do semestre		(29.703)	(29.703)
Saldos em 30 de junho de 2025	<u>129.763</u>	<u>(89.190)</u>	<u>40.573</u>

As notas explicativas da Administra o são partes integrantes das demonstra es contábeis.

Demonstração do fluxo de caixa

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2025
Lucro (Prejuízo) do semestre	(29.703)
Perdas esperadas associada ao risco de crédito	36.028
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	544
Depreciações e amortizações	3.669
Provisão de juros de empréstimos	3.085
Ativo fiscal diferido	(14.341)
Lucro ajustado	(718)
Atividades operacionais	
Aumentos / diminuições operacionais	
Relações interfinanceiras	14.814
Instrumentos financeiros	12.309
Contas a receber	(60.360)
Impostos a recuperar	(3.052)
Outros ativos	(2.409)
Depósitos	(8.114)
Tributos e contribuições sociais	(1.706)
Obrigações por transações de pagamento	48.254
Outros passivos	(13.730)
Caixa gerado (consumido) proveniente das atividades operacionais	(14.712)
IR/CSLL pagos	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(14.712)
Atividades investimento	
Aquisições imobilizado	(11)
Aquisições intangível	(775)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(786)
Atividades financiamento	
Empréstimos	25.002
Juros pagos	(2.827)
Pagamento de principal	(3.732)
Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	18.443
Variação de caixa e equivalente de caixa	2.945
Saldo no início do semestre	6.633
Saldo no final do semestre	9.578
Variação de caixa e equivalente de caixa	2.945

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025**(Valores expressos em milhares de reais)****1. Contexto operacional**

A iugu Instituição de Pagamento S.A, (“iugu” ou “Companhia”), sediada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Torre A, TNU – 16º e 17º andares – Brooklin Paulista – São Paulo – SP, foi constituída em 31 de janeiro de 2012, com o objetivo de ser uma facilitadora de pagamentos, fornecendo uma plataforma de automação financeira que oferece toda a tecnologia e o suporte necessários para estruturar uma operação financeira inteligente, automatizada e eficiente de ponta a ponta. Atualmente a iugu, por meio de sua plataforma, oferece a seus clientes diferentes meios de pagamento tais como: boleto bancário, cartão de crédito, Ted e PIX. Os serviços de valor agregado oferecidos pela iugu compreendem: cobranças recorrentes, split de pagamentos, conciliação e automação financeira, emissão e gestão de faturas, pagamento de contas, entre outros.

Em atendimento a Resolução BCB nº2, informamos que o controlador em última instância é o acionista fundador e CTO, Patrick Negri.

Em 26 de agosto de 2020, a Companhia recebeu autorização do Banco Central do Brasil (“Bacen”) para funcionar como instituição de pagamento (“IP”), na modalidade de emissor de moeda eletrônica de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) as quais levam em consideração as regras contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – (“CMN”) e do Bacen, denominadas em conjunto “COSIF”, quando aplicáveis.

Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos (CPC), aprovados pelo Banco Central:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.910/2021;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009 e atualizada pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações provado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Resolução CMN nº 4.007/2011 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 - Eventos subsequentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025**(Valores expressos em milhares de reais)**

- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 31 - Resultado por ação aprovado pela Resolução CMN nº 3.959/2019 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.935/2021;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/2019 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.924/2021; e
- CPC 47 – Receita de Contato de Cliente aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Ainda em atendimento a esta resolução que exige evidenciação na apresentação das notas explicativas às demonstrações contábeis dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada, divulgamos que não houve impacto não recorrente observado no resultado da Companhia durante o 1º semestre de 2025, com exceção ao tema observado na N.E 6 (a).

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2025.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos apresentados em reais nestas demonstrações foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem perdas esperadas associadas ao risco de crédito, riscos decorrentes de passivos contingentes, realização do imposto fiscal diferido e valor justo de instrumentos financeiros. A Companhia revisa constantemente as estimativas e premissas.

2.3 Adoção de novas normas

A Companhia adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025.

As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição:

- Resolução BCB nº 178/22: a resolução dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Companhia optou pela adoção na abordagem prospectiva. Os contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025 serão reconhecidos de acordo com a nova regulamentação, de forma prospectiva, conforme facultado pelo § 5º do art. 2º da referida Resolução. Não foram firmados ou renovados contratos no decorrer do 1º semestre de 2025.

- Resolução BCB nº 352/23 (4.966/21): a resolução traz a introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025**(Valores expressos em milhares de reais)**

internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Companhia e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominados teste de "SPPJ");
- As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetiva;
- Mudanças do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito";
- A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência da inadimplência;
- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
- Mudanças no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Companhia não tem mais expectativa de recuperação; e
- Instruções Normativas BCB nº 493 a 543 de 2024: Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas COSIF's divulgadas por tais instruções.

A Companhia adotou a disposição transitória prevista na Resolução BCB nº 352/23 de não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23 foram ser registrados em contrapartida à conta de sobras acumuladas pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido da Companhia demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentada na nota 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025**(Valores expressos em milhares de reais)****3.2 Instrumentos financeiros****I. Classificação dos instrumentos financeiros:**

Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado ("CA"):** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujos objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; e
- **Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"):** o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o Ativo Financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria Ativos Financeiros mantidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de SPPJ.

A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros - "Teste SPPJ").

Para determinar o modelo de negócios, a Companhia avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- Como os gestores do negócio são remunerados; e
- Como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao "Valor Justo por meio do Resultado".

A Companhia não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros:

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a as:

- **Custo Amortizado ("CA"):** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receita da intermediação financeira", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas da intermediação financeira", ao longo do prazo do respectivo contrato.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025**(Valores expressos em milhares de reais)**

- Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas da intermediação financeira". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.
- Ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"): os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

III. Baixa dos instrumentos financeiros:

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa proveniente destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade dos instrumentos e tal transferência se qualifica baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.3 Valor justo e hierarquia do valor justo

Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, foram classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Instrumentos Financeiros - Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- Instrumentos Financeiros - Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercado ativo (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- Instrumentos Financeiros - Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, a Companhia opera somente com instrumentos de nível 1.

Em 30 de junho de 2025 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia não reclassificou seus instrumentos financeiros nos exercícios apresentados.

3.4 Contas a receber

Corresponde principalmente aos valores a receber das adquirentes resultante do volume total processado nas transações realizadas via cartão na plataforma da iugu, deduzidos dos cancelamentos e contestações das

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025**(Valores expressos em milhares de reais)**

transações autorizadas pela bandeira, decorrentes do curso normal das atividades da Companhia. Este grupo é composto também pelo contas a receber de clientes decorrente da cobrança das mensalidades e serviços pela utilização da plataforma.

Os montantes a receber são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Como parte do curso normal das atividades, a iugu está exposta ao risco de perdas associadas a chargebacks sobre transações onde, eventualmente, o cliente não possui saldo disponível em suas contas para reembolsar a Companhia, o que inclui transações anteriormente antecipadas por seus clientes. A iugu constituiu provisão para 100% dos chargebacks com tal característica.

Adicionalmente, a Companhia realiza um levantamento das transações que estão em processo de disputa de chargeback junto às adquirentes e realiza um estudo detalhado sobre a possibilidade de recuperação dos montantes em caso de perda da disputa por parte do cliente final da iugu, realizando assim a provisão de 100% dos montantes que os clientes não possuem saldo para serem compensados na data base.

3.5 Impostos a recuperar

São registrados mediante resgate das aplicações financeiras e saldo negativo não compensado no próprio exercício os quais serão compensados com saldos a pagar de tributos federais.

3.6 Imobilizado de uso

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 11. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.7 Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto principalmente por: (i) Direitos de carteira de clientes, (ii) Direitos de uso, (iii) Softwares adquiridos; e (iv) intangível desenvolvido internamente.

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear de acordo com sua vida útil estimada. Os ativos de direito de uso são amortizados de acordo com o prazo estipulado em contrato.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025**(Valores expressos em milhares de reais)****3.8 Depósitos**

O saldo de depósitos representa as contas de pagamento de clientes da iugu, meio pela qual a Companhia disponibiliza os recursos de direito de seus clientes. Os valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos ou tarifas de transação, conforme Resolução BCB nº 80/2021, Art. 22.

3.9 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.10 Cessão de recebíveis

A Companhia efetua cessões de crédito com caixa próprio e por meio do IUGU I UR Fundo de Investimento de Direitos Creditórios-Unidade de recebíveis ("FIDC"), o qual possui participação de 5,96% em cotas subordinadas júnior em 30 de junho de 2025.

Essas operações são registradas de acordo com a Resolução BCB nº 352/23, que sucedeu e revogou a Resolução CMN nº 3.533/08, e estabelece os procedimentos aplicáveis para classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou transferência de ativos, classificadas em categoria de operações sem transferência substancial dos riscos e benefícios.

Nas antecipações junto ao FIDC, o próprio fundo realiza a cessão junto aos clientes iugu e a Companhia atua como representante dos cedentes e agente de liquidação. A remuneração da iugu se dá pela valorização de suas cotas subordinadas júnior.

3.11 Obrigações por transações de pagamento

As obrigações por transações de pagamento referem-se principalmente a valores a repassar aos clientes mediante a vendas feitas a prazo. Os valores são transferidos para as contas iugu à medida que a agenda de vendas a prazo se cumpre.

3.12 Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/09.

As provisões são registradas com base nas opiniões dos assessores legais e melhores estimativas da Administração, sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do período, conforme descrito em nota explicativa nº 18.

3.13 Outros ativos e passivos circulantes

Outros ativos e passivos são registrados ao valor de custo ou de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e eventuais encargos incorridos até a data do balanço.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025**(Valores expressos em milhares de reais)****3.14 Apuração do resultado**

As receitas e despesas foram apuradas pelo regime de competência. A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da prestação do serviço.

3.15 Receita de prestação de serviço

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente, sendo majoritariamente em um momento específico no tempo (*point in time*).

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes, (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita pela prestação de serviços refere-se à captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, PIX e boleto, sendo apropriadas ao resultado da Companhia, líquida das taxas de repasse às adquirentes, na data do processamento das transações.

A Companhia considera que o serviço é cumprido quando a totalidade de transações capturadas possui um retorno de autorização ou não das adquirentes, com alta disponibilidade de SLA (*Service Level Agreement*) de serviços.

Sendo assim, a receita é reconhecida na data do processamento das transações, conforme tabela negociada com cada cliente no momento da contratação dos serviços.

3.16 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de operações financeiras, receitas de juros e os descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas financeiras na negociação de carteira e outras despesas financeiras.

3.17 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura e recolhe o seu Imposto de Renda no critério de lucro real anual à alíquota de 15%, acrescido adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 mil no ano. Para a Contribuição Social a alíquota é de 9%.

Com isso a despesa com imposto de renda e contribuição social compreenderá os tributos apurados no exercício corrente, reconhecidos no resultado. O imposto corrente será o imposto a pagar calculado sobre o lucro real apurado no exercício, às alíquotas acima informadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. A Companhia realizou o estudo e avaliação quanto à realização dos créditos tributários, estimativas de lucros e compensação de prejuízo fiscal e base negativa, enquadrada no artigo 4º da Resolução BCB nº 15/2020.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

3.18 Redução do valor recuperável

Os ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

3.19 Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de prestação de serviços.

3.20 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Companhia adotou a disposição transitória prevista na Resolução BCB nº 352/23 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB 352/23 foram ser registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas.

Os quadros abaixo apresentam os ativos e passivos financeiros classificados de acordo as normas vigentes até 31/12/2024 e as novas categorias de mensuração de acordo a Resolução BCB 352/23:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Classificação/ Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 1/1/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Títulos e valores mobiliários	Letras Financeiras do Tesouro	Negociação	433	-	-	433	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Certificados de depósitos bancários	Negociação	5.915	-	-	5.915	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Cotas de Fundos	Negociação	22.756	-	-	22.756	Ativo financeiro ao VJR
Outros créditos	Contas a receber	Outros créditos	837.664	-	-	837.664	Ativo financeiro ao custo amortizado

iuugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(49.049)	-	-	(49.049)	Perda esperadas de ativos financeiros ao custo amortizado
	Total ativo financeiro		817.729			817.729	

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Classificação/ Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 1/1/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos	Depósito a vista	Custo amortizado	530.927	-	-	530.927	Passivo financeiro ao custo amortizado
	Total ativo financeiro		530.927			530.927	

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025
Disponibilidades (a)	<u>9.578</u>
	<u>9.578</u>

(a) Refere-se a valores disponíveis para saque em contas bancárias.

6. Relações interfinanceiras

	30/06/2025
Conta correspondente a moeda eletrônica (a)	<u>540.000</u>
Pagamento instantâneo – Cabine PIX (b)	<u>46.527</u>
	<u>586.527</u>

(a) Refere-se a valores disponíveis na Conta Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME).

(b) Refere-se a valores disponíveis na conta de pagamento instantâneo junto ao Banco Central do Brasil.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Instrumentos financeiros

7.1 Ativo financeiro ao custo amortizado

	30/06/2025	
	Hierarquia do Valor Justo	Valor Bruto Contábil
Instrumentos de dívida		
Certificado de depósitos bancários	Nível 1	6.148
		6.148

A faixa de vencimento dos ativos financeiros ao custo amortizado são como segue:

	30/06/2025			
	Faixas de vencimento			
	Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos para negociação				
Certificados de depósitos bancários (*)	86	-	2.668	3.394
	86	-	2.668	14.051

7.2 Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado

	30/06/2025				
	Remuneração Média ao Mês	Hierarquia do Valor Justo	Valor Bruto Contábil	Valor do Custo Atualizado	Ajuste a valor justo
Instrumentos de patrimônio					
FIDC – Cota Subordinada (*)	733	Nível 1	10.657	10.657	-
		Total	10.657	10.657	-

A faixa de vencimento dos ativos financeiros ao custo amortizado são como segue:

	30/06/2025			
	Faixas de vencimento			
	Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos para negociação				
FIDC - Cota subordinada (*)	-	-	-	10.657
	-	-	-	10.657

(*) Refere-se à participação de 5,96% em cotas subordinadas júnior no IUGU I UR Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Unidade de Recebíveis.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Contas a receber

A rubrica “Contas a receber”, registrada pelo valor de R\$ 788.615, apresenta o total dos valores a receber de clientes e das adquirentes, descontadas das antecipações de recebíveis e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de chargeback.

	<u>30/06/2025</u>
Recebíveis de adquirentes	809.791
Contas a receber de clientes	5.718
Valores a receber–Contas negativas	59.575
Contas a receber outros	22.940
(-) PECLD de clientes (a)	<u>(85.077)</u>
	<u>812.947</u>
Contas a receber	<u>898.024</u>
Perdas esperadas associada ao risco de crédito	<u>(85.077)</u>

(a) A Companhia constitui mensalmente o provisionamento da totalidade das contas com saldos negativos decorrentes principalmente de chargebacks realizados onde os clientes não possuem saldo para débito da transação desfeita.

No primeiro semestre de 2025 a Companhia sofreu perdas decorrentes de fraude operacional relacionada a produtos de pagamento, no montante de R\$ 21.914, o qual está devidamente provisionado. A Companhia está tomando todas as providências necessárias para tentar reaver esse valor, já tendo inclusive solicitado a instauração de inquérito policial.

O aging do saldo a vencer de recebíveis de adquirentes é como segue:

	<u>30/06/2025</u>
Até 30	296.468
de 31 a 90	224.742
de 91 a 120	89.739
de 121 a 180	100.695
de 181 a 360	97.192
Acima de 360	<u>954</u>
	<u>809.791</u>

9. Impostos a recuperar

A rubrica “Impostos a recuperar”, registrada pelo valor de R\$ 4.549 é composta pelos valores de IRRF no resgate de aplicações financeiras e saldo negativo não compensado no próprio exercício e será compensado com tributos federais a recolher.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Outros ativos

	<u>30/06/2025</u>
Adiantamentos salariais	1.151
Adiantamento a fornecedores	93
Despesas antecipadas	1.582
Bloqueio judicial	51
Outros ativos	9.068
	<u><u>11.945</u></u>

11. Impostos diferidos

	<u>30/06/2025</u>
Saldo inicial	43.191
Prejuízo Fiscal / Base negativa	4.224
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12.250
Diferenças temporárias	<u>(2.133)</u>
Saldo final	<u><u>57.532</u></u>

Administração revisou suas estimativas de lucros tributáveis futuros e possui registrado em 30 de junho de 2025, com base no art. 4º da Resolução BCB nº 15, o ativo fiscal diferido R\$ 57.532, referentes as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos anteriormente, uma vez que a Administração considerou que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra os prejuízos.

Realização do crédito	Total	Valor Presente
2025	834	778
2026	11.678	9.469
2027	17.446	12.301
2028	721	442
2029	1.760	938
2030	<u>25.093</u>	<u>11.634</u>
Total	<u><u>57.532</u></u>	<u><u>35.562</u></u>

Conforme Resolução BCB nº 02, os ativos fiscais diferidos são classificados como não circulante independente da expectativa de realização.

12. Imobilizado de uso

A composição analítica do imobilizado está apresentada abaixo:

	Taxa de depreciação anual %	<u>30/06/2025</u>		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em operação				
Equipamentos de processamento de dados	20	3.876	(3.115)	761
Equipamentos de comunicação e segurança	20	521	(464)	57

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Máquinas e equipamentos	10	331	(148)	183
Móveis e utensílios	10	727	(343)	384
Benfeitorias imóveis de terceiros	(a)	4.148	(2.931)	1.217
Total		9.603	(7.001)	2.602

(a) As benfeitorias estão relacionadas a reforma do novo escritório da Companhia. Sua depreciação se encerrará de acordo com o prazo de locação do escritório, previsto para abril de 2027.

A movimentação do imobilizado do semestre findo em 30 de junho de 2025 está apresentada abaixo:

	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de comunicação e segurança	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Em 01 de janeiro de 2025	1.116	109	188	420	1.550	3.383
Custo						
Adições			11			11
Baixas						
Depreciação						
Adições	(355)	(51)	(17)	(35)	(333)	(791)
Baixas						
Em 30 de junho de 2025	761	58	182	385	1.217	2.603

13. Intangível

A composição analítica do intangível está apresentada abaixo:

	30/06/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direitos carteira de clientes (a)			
Carteira de clientes	12.986	(5.017)	7.969
Software	2.636	(1.494)	1.142
Contrato de não competição	2.364	(2.364)	
Cessão de direitos de uso	74	(74)	
Desenvolvimento plataforma (b)	9.978	(6.331)	3.647
Licenças, direitos autorais (c)	6.285	(5.983)	302
Implantação de software	1.250	(479)	771
Total	35.573	(21.742)	13.831

(a) Intangíveis gerados pela aquisição de todos os direitos, títulos, propriedade e posse de ativos da Juno em setembro de 2022. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudo elaborado por empresa independente especializada, e os critérios para determinação desses ativos estão descritos como se segue:

- **Carteira de clientes:** Foi avaliada pela metodologia Multi-Period Excess Earnings Method – MPEEM (Método dos Lucros Excedentes por Vários Períodos), com identificação dos ativos contribuintes e as taxas apropriadas de remuneração econômica destes ativos. Os “churn rates”, para cada operação,

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

foram estimados com base nos contratos de serviço vigentes na data-base, e vida útil estimada de 88 meses.

- **Software:** Foi avaliado pela metodologia de abordagem de custo, e vida útil estimada de 60 meses.
- **Contrato de não competição:** Foi avaliado pela metodologia With or Without, e vida útil estimada de 24 meses.

(b) A Companhia capitalizou os gastos com o desenvolvimento de sua plataforma gerados internamente. Tais gastos estão diretamente ligados a aprimoramentos e criação de novas funcionalidades que por sua vez são controlados pela Companhia, identificáveis e possuem expectativa de geração de caixa a luz do CPC 04 (R1) – Ativo intangível. A vida útil do software desenvolvido internamente é definida em 5 anos e a amortização é reconhecida como “Despesas gerais e administrativas”.

(c) Trata-se principalmente da licença de uso do ERP SAP, aquisição estratégica da Companhia com o objetivo de dar segurança e escalabilidade às transações da iugu.

A movimentação do intangível do semestre findo em 30 de junho de 2025 está apresentada abaixo:

	Direitos carteira clientes	Cessão de direitos de uso	Desenvolvimento da plataforma	Licenças e direitos autorais e de uso	Implantação de software	Total
Em 01 de janeiro de 2025	10.260		4.654	181	839	15.934
Custo						
Adições				775		775
Baixas						
Amortização						
Adições	(1.149)		(1.007)	(654)	(68)	(2.878)
Baixas						
Em 30 de junho de 2025	9.111		3.647	302	771	13.831

14. Depósitos

	<u>30/06/2025</u>
Saldo de clientes disponível (a)	522.813
	<u>522.813</u>

(a) Saldo cliente disponível, refere-se ao saldo disponível na conta do cliente para livre movimentação, conforme Resolução BCB nº 80/2021, Art. 22.

15. Empréstimos

	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2025</u>
Empréstimos (a)	18/08/2025	7.053
	16/12/2025	5.018
	13/11/2026	4.001

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	28/06/2027	9.333
	11/02/2029	10.104
	10/06/2031	15.173
		<u>50.682</u>
Circulante		24.829
Não Circulante		25.853
		<u>50.682</u>

(a) Trata-se de empréstimos com bancos de primeira linha, onde a taxa média de juros é de CDI + 5,27% ao ano.

15.1 Movimentação dos empréstimos

	30/06/2025
Saldo inicial	29.154
Captação	25.002
Juros	3.085
Juros pagos	(2.827)
Pagamento de principal	(3.732)
Saldo final	<u>50.682</u>

16. Obrigações por transações de pagamento

Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito, PIX e boleto a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Companhia.

	30/06/2025
Saldo de clientes a liberar	759.027
Saldo a liberar - FIDC	122.544
	<u>881.571</u>

Todos os saldos de clientes a liberar serão disponibilizados de acordo com a agenda de recebimentos conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2025
Até 30 dias	363.756
de 31 a 90 dias	223.930
de 91 a 120	83.536
de 121 a 180	117.066
de 181 a 360	92.595
Acima de 360 dias	688
	<u>881.571</u>

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

17. Tributos e contribuições sociais

	<u>30/06/2025</u>
PIS	156
COFINS	837
ISS	301
INSS	1.943
FGTS	565
IRRF	648
Outros	139
	<u>4.589</u>

18. Outros passivos

	<u>30/06/2025</u>
Provisão de bônus a pagar	1.896
Provisão de férias	2.979
Fornecedores nacionais	7.362
Fornecedores internacionais	233
Outros	1.548
	<u>14.018</u>

19. Contingências

O saldo de contingências em 30 de junho de 2025 de R\$ 2.070 representa causas cíveis, trabalhistas e tributárias classificadas como risco provável de perda pelos assessores externos e pelo jurídico interno da Companhia.

Movimentação das contingências

	<u>30/06/2025</u>		
	<u>Cíveis</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>
Saldo inicial	289	1.237	-
Provisão	236	179	129
Saldo final	525	1.416	129

As contingências cíveis classificadas como possíveis por nossos consultores jurídicos foram de R\$ 31.658. Em sua maioria estas causas estão relacionadas com demandas feitas pelos titulares de cartões de crédito e versam sobre produtos não entregues ou serviços não prestados pelos estabelecimentos que, por sua vez, processam seus pagamentos com a iugu.

As contingências trabalhistas classificadas como possível por nossos consultores jurídicos foram de R\$ 153.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia não possui contingências tributárias classificadas como possível no período.

Essas causas não foram objeto de provisão nas demonstrações contábeis.

20. Transações com partes relacionadas

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. São consideradas partes relacionadas pessoas que têm influência significativa sobre a entidade que reporta a informação e o pessoal chave da administração.

A Companhia possui participação de 5,96% em cotas subordinadas júnior no IUGU I UR Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Unidade de Recebíveis, o valor atualizado das cotas no semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme descrito em nota explicativa nº 6. O saldo a pagar ao FIDC no semestre findo em 30 de junho de 2025 é de R\$ 122.544 decorrentes das antecipações de recebíveis de cartões de crédito realizadas com os clientes.

A Companhia não possui relacionamento com entidades consideradas partes relacionadas de acordo com o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Em atendimento a Resolução BCB nº2, informamos que o controlador em última instância da Companhia é o acionista fundador e CTO, Patrick Negri.

Remuneração da Administração

A remuneração paga aos Administradores da Companhia até 30 de junho de 2025 foi de R\$ 7.419.

Em dezembro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de incentivo de longo prazo baseado na valorização sobre ações virtuais da Companhia ("phantom shares"), cujo incentivo apenas será pago se e quando forem atingidas certas condições. Em 30 de junho de 2025 nenhum impacto decorrente deste plano foi registrado devido à ausência de obrigação presente.

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito nos semestres findos em 30 de junho de 2025 é de R\$ 129.763 dividido em 1.019.740 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 498.253 ações preferenciais.

	30/06/2025
Ações ordinárias	1.019.740
Ações preferenciais	498.253
	<u>1.517.993</u>

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

22. Resultado

22.1. Receita de prestação de serviço

	<u>30/06/2025</u>
Receita bruta	92.666
(-) PIS sobre serviços	(1.497)
(-) COFINS sobre serviços	(6.897)
(-) ISS sobre serviços	(1.929)
	<u>82.343</u>
PIS – Programa de integração social	1,65%
COFINS – Contribuição para seguridade social	7,60%
ISS – Imposto sobre serviços	2,00% e 2,90%

22.2. Despesas por natureza

As despesas por natureza estão compostas da seguinte forma:

<u>Natureza</u>	<u>30/06/2025</u>
Tarifas de boletos e adquirentes	(49.927)
Salários	(22.193)
Outras provisões operacionais (a)	(36.029)
Encargos	(6.960)
Assessoria, auditoria interna e consultoria	(14.804)
Auditoria externa (b)	(114)
Benefícios	(5.849)
Marketing e propaganda	(2.094)
Aluguéis, condomínio, IPTU e energia	(3.003)
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.105)
Custo processamento de dados	(9.826)
Depreciação e amortização	(3.669)
Impostos sobre importação de serviços	(1.307)
Contingências	(544)
Telefonia e internet	(325)
Eventos e confraternizações	(544)
(-) PIS	1.026
(-) COFINS	4.728
	<u>(161.539)</u>
Custo dos serviços prestados	(63.059)
Despesas de pessoal e encargos	(34.990)
Despesas gerais e administrativas	(26.854)
Provisões operacionais	(36.573)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(63)
	<u>(161.539)</u>

- (a) O saldo mencionado refere-se às provisões para perdas operacionais constituídas pela Companhia no decorrer do 1º semestre de 2025, conforme detalhado na Nota Explicativa 7.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) O saldo em questão refere-se às despesas referente aos serviços de auditoria externa até 30 de junho de 2025. O valor total dos honorários contratados para o exercício de 2025 é de R\$ 321.

22.3. Resultado financeiro

Natureza	30/06/2025
Rendimento de aplicações financeiras	35.386
Cotas FIDC	8.802
Outras receitas financeiras	122
(-) PIS não cumulativo	(362)
(-) COFINS não cumulativo	(2.226)
Total de receitas financeiras	41.722
IOF	(97)
Juros passivos	(6.004)
Outras despesas financeiras	(469)
Total de despesas financeiras	(6.570)

23. Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BACEN nº 198/22.

A Companhia está comprometida com a criação e entrega de produtos e serviços que atendam às necessidades de seus clientes. A gestão da empresa reconhece a importância de Conformidade em várias áreas, incluindo a qualidade dos produtos e serviços, seja na segurança no trabalho, proteção de informações, ou ainda, na gestão financeira. Vale ressaltar que os fatores sinalizados acima, são identificados como riscos potenciais que podem impactar o crescimento sustentável da empresa.

A cultura de risco está incorporada em todos os níveis da organização. Todas as áreas participam do desenvolvimento e implementação das medidas apropriadas de gerenciamento de riscos.

Organização de Risco

A Companhia mantém uma robusta estrutura de gestão de riscos, sustentada por políticas e procedimentos internos que permeiam todos os setores. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade é responsável de estabelecer as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos. Por sua vez, este comitê realiza avaliações constantes das estratégias de controle de riscos em vigor. Além disso, o Comitê de Governança, Riscos e Conformidade mantém uma linha direta de comunicação com o Diretor Presidente, fornecendo atualizações regulares sobre suas atividades e avaliações.

A área de Riscos e Conformidade segue as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Conformidade.

A Companhia possui estratégias e políticas de gestão e controle de Riscos que aderem às exigências regulamentares bem como às melhores práticas de mercado.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025**(Valores expressos em milhares de reais)**

Para suportar essa estrutura de gerenciamento de riscos à iugu possui a presente política, assim como:

- Política de gestão de risco operacional;
- Política de gestão de risco de crédito;
- Política de gestão de risco de liquidez;
- Política de responsabilidade socioambiental;
- Política de continuidade de negócios (PCN);
- Política de gestão de crise e
- Política do plano de contingência de liquidez (PCL).

Metodologia de Risco

A Companhia possui um conjunto de regras de gerenciamento de Riscos para reconhecer, controlar e gerenciar Riscos, em todos os níveis da organização.

Possui como norma a adoção de políticas, sistemas e procedimentos internos para proteger seus ativos e minimizar os riscos e a reputação da empresa. Mais especificamente, incluem:

- Procedimentos para identificar, mensurar e controlar de forma consistente, as exposições à riscos, tais como risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez;
- Garantir que estes procedimentos estejam de acordo com a regulamentação vigente e alinhados com as melhores práticas de mercado;
- Garantir a separação funcional entre as estruturas operacionais e as estruturas de controle de risco;
- Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos relevantes;
- Promover uma cultura de consciência de risco em todos os níveis da organização.
- Periodicamente, são ministrados treinamentos para todos os funcionários que de alguma forma mantenham relação com a área de Gestão de Riscos.

a) Risco de crédito

Os procedimentos de gerenciamento de risco enfatizam a identificação e a adoção de ações corretivas em tempo hábil.

A Companhia cumpre o conjunto de diretrizes, regras e procedimentos no âmbito da Política de Crédito, relativos ao gerenciamento do risco de crédito, abrangendo os seguintes aspectos:

- Assegurar que sistemas sejam estabelecidos para identificar, mensurar, monitorar e controlar riscos de crédito, de forma contínua, permitindo uma imediata identificação dos riscos;
- Encaminhar ao Comitê de Governança, Riscos e Conformidade as questões de risco de crédito reconhecidas e potenciais, tão logo sejam detectadas;
- Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos de crédito;
- Garantir que o controle e gerenciamento de riscos de crédito seja parte integrante das atividades diárias da empresa.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025**(Valores expressos em milhares de reais)****b) Risco de liquidez**

É a possibilidade de a Instituição de Pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Além disso, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

O Risco de Liquidez se refere à eventualidade de uma organização não cumprir suas obrigações financeiras dentro do prazo determinado, sem sofrer perdas expressivas. Este tipo de risco, pode potencializar outros, devido ao fato de que a dificuldade em adquirir recursos para saldar uma dívida inesperada pode aumentar o Risco de Crédito.

Assim, é imprescindível administrar conjuntamente o risco de liquidez e o risco de crédito.

A Companhia segue diretrizes sólidas e prudentes, dentro de uma estrutura geral de regras e processos que garantem um gerenciamento do Risco de Liquidez. A principal diretriz para a gestão de Risco de Liquidez envolve a manutenção de reservas suficientes para atender, em tempo hábil, a qualquer necessidade de capital que possa surgir bem como preservar um nível de liquidez apropriado.

A Companhia desenvolveu a política e conta com controles de Risco de Liquidez em estrito alinhamento com os padrões e as melhores práticas de mercado, destacando-se:

- Implementação de políticas, procedimentos e processos para identificar, monitorar e controlar o Risco de Liquidez;
- Estabelecimento de níveis de riscos máximo a serem assumidos para liquidez de curto prazo e estrutural;
- Monitoramento do desenvolvimento regulatório e das condições locais do mercado;
- Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos de Liquidez considerados significativos;
- Estabelecimento de sistemas de reporte apropriados, incluindo relatórios mensais e anuais.

Em linha com a administração de liquidez da empresa e em conformidade com a Resolução 198/22 divulgada pelo Bacen, a Companhia mantém recursos líquidos equivalentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, e que estão alocados em títulos públicos federais.

Na data-base de 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, decorrente da diferença entre o passivo circulante e o ativo circulante. Essa posição reflete que as obrigações de curto prazo superam os ativos realizáveis no mesmo período.

A Administração acompanha continuamente a gestão do capital de giro, adotando medidas voltadas ao equilíbrio da liquidez, tais como captação de linhas de crédito de curto e longo prazo e monitoramento do fluxo de caixa. Ressaltamos que, apesar do capital circulante líquido negativo, a Companhia mantém acesso a fontes de financiamento e possui ativos não circulantes capazes de ser utilizados, caso necessário, para assegurar a continuidade das operações.

Dessa forma, a Administração entende que não há incerteza material relevante que possa comprometer a continuidade operacional da Companhia.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

c) Análise de sensibilidade

Atualmente, a Companhia se beneficia de elevadas taxas de juros, uma vez que monetiza seus excessos de caixa de duas maneiras principais: (i) em investimentos de recursos próprios; e (ii) por meio da custódia de recursos de terceiros, alocando-os em depósitos remunerados, aplicações de curto prazo e outros instrumentos financeiros, escolhendo alternativas com liquidez adequada e segurança compatível com as exigências regulatórias.

A receita oriunda desses investimentos é relevante para o resultado da Companhia. Em 30 de junho de 2025, a remuneração média dos ativos estava próxima a 100% do CDI, de forma que variações nas taxas de juros impactariam diretamente a receita financeira.

Além disso, a Companhia possui empréstimos e financiamentos que também estão indexados a taxas de juros flutuantes (atrelados, em sua maioria, ao CDI).

Com base nas posições em aberto em 30 de junho de 2025, apresentamos a seguir uma simulação de sensibilidade considerando cenários de variação de 30% no CDI:

	Cenário Base 30/06/2025	Cenário 1 Aumento de 30% do CDI	Cenário 2 Redução de 30% do CDI
Aplicações	592.674.823,41	592.674.823,41	592.674.823,41
Receitas financeiras	35.386.033,52	46.001.843,58	24.770.223,46
(%) Rentabilidade	5,97%	7,76%	4,18%
Empréstimos	50.681.909,09	50.681.909,09	50.681.909,09
Juros de empréstimos	3.085.403,22	4.011.024,19	2.159.782,25
(%) Juros	6,09%	7,91%	4,26%
CDI Referência (a.m.)	1,09%	1,09%	1,09%
(%) do CDI	100%	100%	100%

d) Gestão Riscos e capital

A gestão de Capital é definida como o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia.

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

Conforme a Resolução 198/22 emitida pelo BACEN, o Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento (PRip) de conglomerado do Tipo 2, nos termos da Resolução BCB nº 197, de 11 de março de 2022, e de instituição de pagamento não integrante de conglomerado prudencial, e também sobre a metodologia de apuração desses requerimentos e a respectiva estrutura de gerenciamento contínuo de riscos.

A Resolução estabelece que o índice mínimo do PRip deve ser mantido acima de 12%, sendo que em 30 de junho de 2025 o conglomerado fechou com insuficiência de patrimônio mínimo requerido nos termos da regulamentação vigente do BACEN.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025**(Valores expressos em milhares de reais)**

Em 30 de junho de 2025, a Administração recebeu ofício do Banco Central do Brasil, informando sobre o desenquadramento da Companhia nos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência, onde a Administração prontamente respondeu ao ofício com o plano de ação aprovado pelos órgãos de governança da iugu. Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, o Banco Central do Brasil não retornou com a aprovação do plano. Abaixo, apresentamos os principais tópicos discutidos no plano apresentado ao Banco Central do Brasil.

No decorrer do 1º semestre de 2025 a Companhia implementou um conjunto de medidas visando o reenquadramento do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência. Entre essas medidas destacam-se: (i) a redução de custos transacionais via negociação com fornecedores; (ii) redução de despesas operacionais; e (iii) redução do quadro de colaboradores. Essas medidas geraram efeitos positivos no decorrer do primeiro semestre de 2025.

Além das medidas já executadas, a Companhia está tomando ações adicionais, incluindo a contratação de assessoria financeira responsável por apoiar a estruturação e condução de apresentações a investidores institucionais, nacionais e internacionais, com o objetivo de conduzir o processo de capitalização primária dentro da governança da Companhia.

e) Risco operacional

O Risco Operacional é resultante da inadequação ou falha de pessoas, processos internos e sistemas, fraudes ou de eventos externos. O gerenciamento do Risco Operacional representa o centro da cultura de gerenciamento de Risco da empresa.

A Companhia busca maximizar seu valor corporativo através do compromisso com a “Qualidade e Confiabilidade” dos seus produtos e serviços. Um conjunto de diretrizes, as “Regras de Negócios”, forma a base para a estrutura de gerenciamento de Risco. Esta estrutura suporta um desempenho estável e seguro das operações e reforça a solidez e transparência da gestão.

É adotado um gerenciamento do Risco Operacional, o qual mantém um sistema de controles em linha com as políticas internas e de acordo com as leis e regulamentos vigentes. A qualidade dos sistemas de gerenciamento de Risco Operacional visa alcançar as melhores práticas de mercado, incluindo:

- Estrutura de gerenciamento de Risco Operacional e suas políticas, procedimentos e controles;
- Segregação de funções associadas às áreas operacional e de controles;
- Garantir que os papéis e responsabilidades sejam claramente definidos e que os funcionários possuam conhecimento e objetivos de desempenho relevantes em matéria de gestão de Risco Operacional;
- Identificar, mensurar e controlar todos os Riscos Operacionais, existentes e potenciais, que fazem parte de cada produto e ou serviço, atividade, processo e sistema;
- Incluir sempre a análise de Risco Operacional no planejamento dos negócios, e nos processos de aprovação de investimentos, produtos e serviços;
- Adotar sistemas que garantam um monitoramento constante da exposição aos Riscos Operacionais bem como medidas apropriadas para mitigar estes riscos;
- Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos Operacionais considerados significativos;
- Otimizar os sistemas e procedimentos de controle e monitoramento continuamente, realizando revisões e revalidações periódicas destes processos;

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

- Manter planejamento de contingência e de continuidade de negócios;
- Manter sistema de reporte de Risco Operacional apropriado e ágil em todos os níveis; e
- Garantir que o controle e gerenciamento de Riscos Operacionais sejam parte integrante das atividades diárias da organização.

f) Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de junho de 2025, a Companhia possuía cobertura de seguros, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Seguros	Montante da cobertura
Locação imóvel	11.880
Responsabilidade civil dos administradores	100.000

24. Valor justo

A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2025:

	30/06/2025	
	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa		9.578
Relações interfinanceiras		586.527
Instrumentos financeiros		16.805
Contas a receber		897.070
Outros créditos		11.945
Passivos financeiros		
Depósitos		522.813
Empréstimos		50.682
Obrigações por transações de pagamentos		880.883
Outras obrigações		14.018

A Companhia acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nesta demonstração financeira são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos. Os ativos financeiros referem-se basicamente à natureza dos valores a receber cujos devedores são as principais instituições financeiras submetidas a baixo risco de crédito, em sua maioria, recebíveis em período de curto prazo e são mensurados baseados nas considerações que a iugu tem expectativa de receber como parte dos serviços de processamento das transações.

iugu Instituição de Pagamentos S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025**(Valores expressos em milhares de reais)**

Os ativos financeiros também incluem as aplicações financeiras representadas por títulos públicos do governo com preços cotados em mercado ativo e reconhecido no balanço patrimonial baseado nos respectivos valores justos.

Os passivos financeiros são substancialmente representados por contas a pagar de curto prazo com os clientes da iugu que são pagos de acordo com os contratos celebrados com os mesmos e outras contas a pagar referente a serviços fornecidos no curso regular da operação e também estão próximos aos respectivos valores justos.

Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o semestre findo em 30 de junho de 2025.

Renato Fairbanks Ribeiro

Diretor Presidente

André Luiz Gonçalves

Diretor Financeiro

Paulo Roberto Pereira da Silva

CRC: 1SP314516/O-1